

Simpósio Temático:

**Novos mapas e mapeamentos urbanos: alternativas para a análise e a representação das cidades em abordagem interdisciplinar**

Título do trabalho **Na floresta da cidade: notas sobre experiências de mapeamentos participativos em contextos urbanos na Amazônia brasileira**

Ana Maria Lima Daou.

Doutora em Antropologia. Professora do IGEO /UFRJ

**Resumo:** A presente comunicação abordará experiências voltadas para elaboração de cartografias sociais na Amazônia, registradas a partir de um levantamento realizado no primeiro semestre de 2008 pelo projeto Experiências em Cartografia Social pelo laboratório ETTERN – IPPUR – UFRJ. A chamada “virada territorial” (OFFEN, 2003) articula-se ao fortalecimento territorial e promoveu inúmeros desdobramentos quanto ao acesso de diferentes grupos e atores sociais ao re-conhecimento de seus territórios a partir de seus parâmetros. Ainda que sejam reduzidas as experiências de mapeamentos participativos, com incorporação das novas tecnologias de mapeamento no contexto urbano, considere relevante tratá-las pelo fato de que nas situações analisadas as dinâmicas da cidade estão estreitamente articuladas às dinâmicas territoriais afeitas aos espaços não urbanos e por se apresentarem como situações paradigmáticas para a reflexão sobre a diversidade social da cidade e das formas caudatárias de uso e percepção do espaço citadino, por agentes sociais com inserções urbanas diferenciadas caudatárias de territorialidades e paisagens específicas.

## **Na floresta da cidade: notas sobre experiências de mapeamentos participativos em contextos urbanos na Amazônia brasileira <sup>1</sup>**

### **Introdução**

É significativo o crescente interesse pelos mapas, pelo seu uso e pela sua produção. A democratização do fazer dos mapas, o deslocamento radical possibilitado pelo uso das novas tecnologias têm promovido uma instigante profusão do uso dos mapas e das práticas voltadas para a sua elaboração. Os mapeamentos participativos ou as chamadas “cartografias sociais”, como tem sido mais comumente denominados no Brasil, representam um subcampo da cartografia (ACSELRAD e COLI, 2008), e se particularizam pela ênfase na participação de não especialistas na elaboração de representações espaciais. Consolidadas em mapas, croquis ou cartogramas, o resultados destes processos se apresentam em papel, brochuras ou em base digital o que favorece procedimentos de atualizações e reelaborações, constituindo muitas vezes cartografias dinâmicas e situacionais. Nas duas últimas décadas, tanto no Brasil como na América Latina numerosos processos de mapeamento de terras e territorialidades particulares vem ocorrendo e chamam a atenção pela novidade que trazem consigo. São em muitos dos casos mapeamentos que se ganham precisão e visibilidade política ao se ancorarem nas novas tecnologias de confecção de mapas e no crescente processo de democratização do fazer dos mapas que se intensificou com os avanços da tecnologia digital, a partir dos anos 1980. A chamada “virada territorial” (OFFEN, 2003) ) articula-se ao fortalecimento territorial e promoveu inúmeros desdobramentos quanto ao acesso de diferentes grupos e atores sociais ao reconhecimento de seus territórios a partir de seus parâmetros. A diversidade de arranjos institucionais e as conjunturas específicas dos países onde os processos ocorrem, assim como sua maior ou menor adesão aos marcos legais internacionais complexificam a variedade de situações de reconfiguração interna de territórios

---

<sup>1</sup> O texto que se segue é em boa parte oriundo do trabalho por mim elaborado no âmbito do projeto sobre experiências de cartografias sociais, coordenado por Henri Acselrad, denominado “Mapeamentos sociais na Amazônia Urbana: contribuições para o debate”(DAOU, 2010 ), em vias de publicação).

nacionais na América Latina<sup>2</sup>, onde podem ser observados; tanto projetos institucionais, vinculados logística, técnica e financeiramente às agências multilaterais, às agências do estado ou à atuação de ONGs quanto os que se articulam a atuação projetos de pesquisa oriundos da universidade, responsáveis muitas vezes por “práticas de mapeamentos não-estatal” (ACSELRAD, 2010)

Observa-se nas estratégias contemporâneas, a emergência de novos temas, a inclusão de interesses particulares e articulações inéditas quanto às instituições e aos agentes envolvidos nas práticas de mapeamentos participativos. Na medida em que a produção de mapas não está mais restrita às instâncias hegemônicas de controle do território e do conhecimento sobre o espaço, alguns autores consideram que os seus processos de elaboração, no presente, podem ensejar perspectivas de mapeamentos “contra-hegemônicos” ou podem promover afirmações identitárias, sustentando reivindicações por direitos e serviços. Estas são questões suscitadas pelos resultados potenciais que as chamadas cartografias sociais convocam ao se referirem às práticas de elaboração de mapeamentos participativos e sociais, práticas estas gestadas em situações e contextos históricos que privilegiam, na consecução dos mapas, os agentes sociais interessados e envolvidos com territórios, paisagens e apropriações espaciais específicas, compostos em muitos casos por minorias étnicas e sociais ou grupos subalternos.

Neste trabalho me restringirei à análise de experiências de mapeamentos participativos em cidades brasileiras. Detive-me naquelas que ocorreram no contexto da Amazônia urbana inseridas no levantamento de mapeamentos participativos no Brasil desde 1992 até o final de 2009, com cerca de 197 trabalhos<sup>3</sup>. É certo que em sua maioria as experiências registradas no levantamento dizem respeito ao ordenamento territorial para além da cidade, em contextos rurais como aqueles vinculados ao ordenamento de glebas, monitoramento de recursos ambientais ou ainda aqueles que tratam da demarcação de terras indígenas e aqueles voltados para os interesses de gestão e ordenamento territorial ou de manejo de áreas de conservação a gestão de unidades de conservação, com o monitoramento de recursos

<sup>2</sup> Sobre a atuação dos atores transnacionais e a formação de identidades políticas, ver HOFMANN (2010); para as mudanças na constituição de sujeitos envolvidos nas disputas territoriais ensejadas pela difusão de práticas de mapeamento, ver ACSELRAD (2010, p. 18-32) e sobre a relação entre direitos territoriais e mapeamentos participativos na América Latina, ver CÁCERES, 2010.

<sup>3</sup> Levantamento realizado no âmbito do Projeto *Experiências em Cartografia Social e Mapeamento Participativo – 2008/2009* (ETERN/IPPUR/UFRJ).

naturais. No entanto, ainda que sejam reduzidas as experiências de mapeamentos participativos, com incorporação das novas tecnologias de mapeamento no contexto urbano, considere relevante tratá-las pelo fato de que nas situações analisadas as dinâmicas da cidade estão estreitamente articuladas às dinâmicas territoriais afeitas aos espaços não urbanos e por se apresentarem como situações paradigmáticas para a reflexão sobre a diversidade social da cidade e das formas caudatárias de uso e percepção do espaço citadino, com territorialidades e paisagens específicas.

Por sua vez me favoreci nesta escolha, do fato de que para os casos selecionados há disponibilizadas informações qualitativas que resultam do interesse dos pesquisadores envolvidos nos processos, de registrar e refletir sobre a experiência. Deste modo é possível contemplar o que a literatura indica como uma ausência recorrente, ou seja a restrita produção de material reflexivo sobre esses processos de mapeamento e seus desdobramentos (FOX *et al.*, 2008; SHEPPARD, 2008; SLETTO, 2009, CÁCERES., 2010).

Algumas questões indicadas pela literatura orientaram a escolha de casos a serem discutidos neste artigo. Um dos aspectos ainda pouco explorados quanto ao uso das tecnologias ou dos mapeamentos participativos relaciona-se aos “efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial” (ACSELRAD, 2008) que, como sugerem Fox *et al.* (2008), apresentam efeitos não previstos ou “desejados”. É neste sentido que mais do que o resultado do mapeamento, a literatura valoriza, em muitos casos os processos de mapeamento, os modos como se faz a mobilização e interesse dos atores envolvidos e os próprios desdobramentos dos mapeamentos participativos, suas apropriações e releituras já que o “fazer dos mapas” requer oficinas junto aos agentes sociais, aprendizado de técnicas de registro, explicitação de trajetórias e deslocamentos, construção de histórias de vida e articulações de processos de longa duração que possibilitam aos agentes se situarem no tempo-espaço do presente. Outro aspecto considerado diz respeito às dificuldades que surgem na interação entre as populações locais e os pesquisadores, sejam eles antropólogos ou cientistas naturais como o reconhecem Ingold e Kurttila (2000). Para os autores, cabe observar se os processos de mapeamento não estão promovendo um “conhecimento local enquadrado”, ou sejam adequado aos interesses das agências envolvidas nos projetos, com privilégio do saber acadêmico e técnico em detrimento do “saber local” e da perda de referenciais por parte das populações neles envolvidas. As indicações de Ingold e Kurttila podem ser ampliadas para o ambiente urbano, pois as cartografias ou

mapeamentos participativos, não raro reportam-se aos usos sociais do espaço urbano, em situações de grande escala, marcadas pelas experiências transmitidas de longa data e pelos detalhes das práticas cotidianas, que particularizam modos de vida em ambientes específicos.

Esta parece ser uma profícua direção para a crítica dos mapeamentos participativos, pois suscita a reflexão sobre o modo como têm sido incorporados e introduzidos nas cartografias os saberes locais e as representações espaciais. Inversamente, como os agentes sociais aderem aos procedimentos das representações “científicas” do espaço? Quem deles participa? Quais os usos subsequentes dados ao mapeamento?

Na escolha dos casos referidos às cidades na Amazônia, considerei que estes seriam tão reveladores da diversidade das inserções urbanas nestas cidades, caudatárias do elevado crescimento da população urbana na região, quanto sinalizariam para os efeitos das dinâmicas regionais que se desdobram das políticas de ordenamento do território, oriundas da agenda ambientalista, entre outras. Indicariam, por sua vez, mudanças nas relações entre minorias étnicas e a sociedade abrangente, fenômeno que, mais recentemente, se apresenta indissociado das dimensões jurídicas que têm fortalecido os direitos territoriais e étnicos ancorados na Constituição de 1988 e na posterior adoção, pelo Brasil, da Convenção nº 169 da OIT, que trata de “povos indígenas” e “tribais”<sup>4</sup>. Chama especial atenção a presença de indígenas em cidades da região amazônica, em significativo contraponto à sua histórica invisibilidade e atomização na vida social das cidades

A análise privilegiou trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto Novos Cartografias Sociais da Amazônia – PNCSA que tem como objetivo “mapear esforços mobilizatórios, descrevendo-os e georreferenciando-os, com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades mapeadas” (ALMEIDA, 2009, p.14). O trabalho de mapeamento requer a capacitação e o treinamento dos membros das equipes, incluindo os representantes da comunidade e, em alguns casos, de membros de apoio, em noções básicas e uso do GPS e em cursos de Arc GIS. Participam das oficinas de mapas realizadas nas comunidades as equipes do Projeto

---

<sup>4</sup> A Constituição Brasileira de 1988 reconhece o caráter multiétnico da sociedade brasileira em diversos dispositivos e assegura direitos coletivos para coletividades culturalmente diferenciadas, como povos indígenas e quilombolas, direitos estes fortalecidos pela adesão à convenção da OIT e consolidados em disposições jurídico-administrativas.. Para o assunto, ver Shirashi Neto (2006 e 2009).

e os representantes das comunidades indicados pelas mesmas que serão os principais responsáveis pela escolha das informações que serão incluídas nos fascículos e nos mapas produzidos (FARIA JR, 2009, p.31).. Foram aqui consideradas as cartografias sociais elaboradas por indígenas que vivem na região metropolitana de Manaus assim, como casos de mapeamentos sociais de minorias inseridas em outras cidades da Amazônia, seja Belém ou cidades menores. Em todos os casos os resultados estão disponibilizados em fascículos que situam o projeto, registram com fotografias os participantes das oficinas de trabalho, disponibilizam parte dos desenhos dos mapas. Há ainda publicações de cunho etnográfico e reflexivo sobre as pesquisas que como os fascículos estão disponíveis na internet, no site do projeto.

Serão aqui abordados principalmente processos de “mapeamento social”, expressão utilizada nas reflexões elaboradas pelos pesquisadores do PNCSA e que marca um afastamento em relação ao que vem sendo denominado de métodos de mapeamentos participativos ou mapeamentos participativos. Assim, conforme Almeida (2009 e 2009c) e Souza (2009), entendo por mapeamento social um conjunto de procedimentos de pesquisa que inclui o envolvimento dos pesquisadores com os agentes sociais, o qual se desdobra a partir de “relações de pesquisa” estabelecidas previamente, em trabalhos de campo de média ou longa duração. Os trabalhos que envolvem os mapeamentos sociais são marcados pela acuidade da descrição etnográfica e se favorecem da realização das oficinas de elaboração de mapas. Para estas há uma prévia capacitação dos agentes sociais envolvidos ao que se agregam o acúmulo de conhecimentos científicos ancorados na literatura, o registro das observações de campo e a realização de entrevistas em profundidade por parte do pesquisador inserido no processo.

Os croquis realizados em campo, em suporte de cartolina, com utilização de lápis de cor estão na base de muitas cartografias, com é possível observar nas imagens veiculadas nos fascículos. Sua elaboração promove uma re-conhecimento mútuo e diferentes histórias, percursos e apreensões da paisagem convergem durante a elaboração de um croqui em conjunto. Assim, considero que sua consecução parece ser um momento significativo no processo de elaboração dos mapas, corroborando o que a literatura especializada indica quanto ao significado dos processos de consecução de cartografias sociais. É nos croquis que informações enunciadas e selecionadas pelos agentes são inseridas nos desenhos ao que se conjuga à elaboração de legendas esclarecedoras do que está ali desenhado..

Nos croquis, a apreensão dos indicadores espaciais é feita a partir do detalhe, da descrição dos espaços vividos e da minúcia advinda da apreensão cotidiana. O mapa que se desenha é um resultado das práticas e não um ponto de partida, um mapa mudo ou um mapa base, geralmente em escala de grande com referenciais prefixados, em que as informações detalhadas dos croquis não aparecem e perdem o interesse. É somente nos laboratórios de geomática que as informações são inseridas nas bases de grande escala em Estas experiências tem o êxito ancorado na confiança que se estabelece entre os agentes e o pesquisador, superando-se assim, “a desconfiança dos agentes em relação ao uso de tecnologias, aos que subsidiam os trabalhos e ao controle das informações”, pois o “que está em jogo na participação é da ordem da confiança” (ACSELRAD e COLI, 2008, p.37).

Se é certo que os mapas não contemplam tudo, são sempre seletivos e fazem circular informações autorizadas, caberia, no entanto, observar como o “poder dos mapas” se apresenta ao dar voz a pessoas e grupos locais, que passam a falar de si e de seus lugares, ao invés de serem falados ou situados.

### **O uso de práticas cartográficas participativas no contexto urbano: a experiência dos mapeamentos sociais**

Os mapeamentos sociais realizados em contexto urbano são minoritários no âmbito da virada territorial que vem ocorrendo em diferentes países latino americanos pois em sua maioria a tendência é de que o uso das tecnologias e os investimentos do Estado e agências multilaterais tenha sido na direção da regularização fundiária, da demarcação de terras indígenas e unidades monitoramento de recursos ambientais. No caso brasileiro, há um conjunto de mapeamentos os quais se apresentam como parte da elaboração de planos diretores urbanos, que privilegiam a participação da população. Visam ao ordenamento territorial e contemplam, neste sentido, as indicações do Estatuto da Cidade<sup>5</sup>, no que diz respeito à inclusão da perspectiva dos moradores. Introduzem práticas cartográficas consideradas participativas, tendo em vista a incorporação tanto do conhecimento “nativo” sobre o espaço urbano, quanto

---

<sup>5</sup> O Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os artigos da Constituição Federal de 1988, que tratam da Política Urbana em que está prevista a “participação popular”. O Plano Diretor das cidades assume função essencial no implemento destas políticas.

das tensões e das reivindicações presentes na cidade. e a complementação das abordagens técnicas

O uso de práticas cartográficas participativas, nesse contexto do planejamento urbano municipal, é questionado por Coli (2009), para quem tais procedimentos “viriam a constituir mais um instrumento para que governos municipais identifiquem conflitos urbanos e elaborem estratégias de negociação e prevenção que visem à sua ‘resolução” (COLI, 2009, p.1). Ou ainda, como questiona o mesmo autor, seriam os mapeamentos participativos realizados nestes planos capazes de aumentar a capacidade de populações empobrecidas de interferir e decidir sobre os processos políticos que se desenrolam nas cidades?<sup>6</sup> Em que medida a incorporação das populações locais contempla apenas os “inventários colaborativos”, com a localização de objetos materiais observáveis (Shpeppard, 2008, p.45) e o conjunto de informações necessárias ao planejamento do território ou aos interesses em promover zoneamentos e regulação de usos do espaço urbano?

Assim, o que diferencia as cartografias sociais dos mapeamentos participativos para planos diretores? Nas primeiras, o foco do trabalho não é “a cidade”, mas certos conflitos que têm expressão espacial, de modo que não se trata de trabalhar com uma unidade prévia. As cartografias dizem respeito a “unidades de mobilização”<sup>7</sup> (ALMeida e os mapeamentos sociais ocorrem, em geral, em decorrência de um trabalho de abordagem etnográfica entre indígenas, ou populações tradicionais, quilombolas, faxinalenses, entre outros grupos minoritários e por vezes invisíveis ao Estado. Trata-se de registrar os esforços mobilizatórios, georreferenciando-os e descrevendo-os nos termos de Almeida (2008). A leitura dos fascículos revela territorialidades como expressão de apropriações particulares dos lugares e reveladoras dos modos de vida, das apropriações cotidianas e dos fluxos particulares dos grupos em questão.

No caso dos mapeamentos participativos, em geral a cidade aparece previamente, com seus contornos e traçado inseridos na proposta de elaboração de planos diretores e da gestão urbana democrática.

<sup>6</sup> Para uma discussão sobre algumas destas experiências, remeto a Coli (2009).

<sup>7</sup> O conceito de unidades de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupo sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado—através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias— ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infra estrutura. (ALMEIDA, 2004).

Conforme Regis Coli (2009), o Ministério das Cidades apresenta poucas orientações sobre os processos de participação a serem utilizados na consecução dos planos diretores urbanos, o que aparece com mais clareza em indicações da Agenda 21, especialmente quanto à realização de diagnósticos, em que se inclui, ao lado de uma “leitura técnica”, a “leitura comunitária”. Nesta última, “ancorada na experiência daqueles que vivem e atuam na cidade”, o objetivo é “envolver a população em processos participativos” (COLI, 2009, p.3) que venham a enriquecer e a complementar a leitura técnica, o que viria possibilitar o envolvimento da comunidade, assim como o diálogo com as diferentes instâncias de poder.

Os mapeamentos sociais nas cidades — em especial as cartografias sociais presentes no PNCSA — promovem um efeito de visibilidade inédito de minorias inseridas nas cidades amazônicas, com longa história de estigmatização e apagamento, como é o caso de indígenas ou de minorias negras. Considero tratar-se de uma visibilidade em dupla direção. Por um lado, ocorre o reconhecimento dos iguais, por exemplo, de indígenas de uma mesma etnia que vivem na cidade, com origens e trajetórias similares. Por outro, através de suas associações e estratégias de inserção urbana, as cartografias dão forma e visibilidade à presença das minorias e inserem-nas no mapa urbano, o mesmo fazendo com os coletivos indígenas e seus espaços de convivência, evidenciando, assim, a sua presença na cidade. Neste sentido, no contexto da Amazônia urbana contemporânea ganham relevância os grupos indígenas, os negros e os quilombolas, etnicamente diferenciados. Ampla gama de modalidades de inserção urbana e suas demandas sociais podem ser conhecidas por meio dos fascículos elaborados pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia<sup>8</sup>, que fazem parte da *Série movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia*. Dos movimentos participam não apenas indígenas na cidades mas também grupos etnicamente diferenciados, categorias ocupacionais estigmatizadas — como catadores de lixo — e minorias sociais — como homossexuais e deficientes

---

<sup>8</sup>.O projeto contemplou, até 2009, 25 situações, com trabalhos realizados na cidade de Belém (*Indígenas, Homossexuais, Afro-religiosos, Negras e Negros, Catadores, Pessoas com Deficiência, Feirantes e Ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém, Ribeirinhos das Ilhas de Belém, Moradores do Riacho Doce e Pantanal no Igarapé Tucunduba, em Belém*) e experiências na cidade de Manaus (*Bairro Campos Sales, Jesus Me Deu, Comunidade Parque Riachuelo I, Parque Riachuelo II, Parque São Pedro, São Benedito da Praça 14 de Janeiro, Mulheres Indígenas e Artesãs do Alto Rio Negro, Comunidade Indígenas nas cidades de Manaus, Manaquiri e Iranduba – processos de territorialização Sateré Mawé e Beco dos Pretos – Morro da Liberdade*), além de um em Marabá (Bairro do Cabelo Seco) e outro em Carveiros de Rondon do Pará.

físicos — têm aderido aos mapeamentos, aí expressando sua inserção na trama territorial da cidade e fortalecendo-se, tendo em vista a reivindicação de seus direitos particulares.

Os mapeamentos sociais têm promovido o que Almeida denomina de uma “nova fisionomia étnica” das cidades na Amazônia. Por meio desses processos, minorias com histórias e trajetórias muito diferenciadas, têm elaborado e compartilhado “a consciência de sua identidade”, como é o caso de indígenas inseridos nas cidades (ALMEIDA, 2009b). É em torno de diferentes lutas por direitos de cidadania ou por políticas públicas que contemplem direitos de minorias que grupos se mobilizam e se aglutinam em “unidades de mobilização” no espaço da cidade, e é no seio desses processos que as cartografias sociais ou os mapeamentos sociais vêm sendo realizados.

No caso de indígenas, não se trata apenas de reconhecer os quantitativos da presença de minorias na cidade, como indicam, por exemplo, os dados e as reportagens sobre os totais de indígenas que vivem atualmente em Manaus<sup>9</sup>. Também não diz respeito somente a reconhecer, na ida para a cidade, um “momento” de um processo inexorável de “aculturação” ou de apagamento das formas de sociabilidade e do modo de vida nas aldeias. A ida para as grandes cidades, como Belém ou Manaus, envolve, muitas vezes, um deslocamento anterior à chegada na capital, onde novas formas de interação aproximam os indígenas, sejam eles de diferentes etnias ou dos mesmos grupos de origem. Assim, as cartografias sociais ou os distintos processos de mapeamentos sociais mobilizam diferentes minorias em situação de conflito e invisibilidade, e um dos seus efeitos tem sido o de possibilitar a estes segmentos processos afirmativos de autorreconhecimento e de expressão de suas demandas sociais, como bem denotam os fascículos relativos aos negros nas cidades de Belém e Manaus ou os de minorias sexuais.

### **Mapeamentos sociais como processos de autorreconhecimento e reconhecimento**

Os processos de mapeamentos sociais estimulam os participantes, em especial durante as oficinas de capacitação e de realização dos trabalhos, a se reconhecerem e a elaborarem, a partir daí, as bases para um entrelaçamento de suas

---

<sup>9</sup> Para uma discussão sobre as estatísticas recentes sobre os municípios com maior percentual de autodeclarados indígenas em 2000, ver Almeida (2008, p.31).

trajetórias, ancorados em critérios de aproximação, diferenciação ou organizativos que estão na base das afirmações identitárias, por exemplo, os lugares de origem, a ocupação e o modo de vida, como se observa entre as mulheres da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, em Manaus, que “descobriram o artesanato como forma de “ganhar dinheiro com nossa própria cultura, sendo o que a gente era mesmo” (PNCSA, *Indígenas nas cidades de Manaus, Manaquiri e Iranduba - processo de territorialização dos Sateré-Mawé - Fascículo 23, 2008, p.3*).

Em relação aos locais de origem, emergem questões que relacionam o processo de mapeamento e a construção da memória coletiva, como se lê no mesmo fascículo 23 — relacionado à presença indígena em rede de mobilidade articuladas entre as cidades de Manaus, Manaquiri e Iranduba, estas duas últimas situadas na margem direita do Rio Negro, e Manaus, na margem esquerda., A confecção do mapa possibilitou o registro de percursos e tempos agora compartilhados entre as associadas, os quais as situam como parte de um passado comum perante os mais jovens referido à mobilidade em direção às cidades. Não é raro que os mapas produzidos no âmbito do PNCSA expressam tanto uma inserção das coletividades nas tramas da cartografia que extrapolam os limites da cidade — o que procede da localização no quadriculado das coordenadas e na precisão do georreferenciamento promovido pelo GPS —, quanto se desdobram em organizar as informações e as referências escolhidas e acordadas pelos que elaboram o mapa, referidas à escala do território particular, do espaço que se delinea pelas experiências e pelos percursos dos grupos ou por suas atividades de trabalho.

Esta operação em escalas distintas<sup>10</sup> é expressiva em relação às questões que envolvem as cartografias ou a consecução dos mapeamentos sociais. Indicam, ao mesmo tempo, a inserção no tempo da nação — com o georeferenciamento em coordenadas geográficas — e no tempo das territorialidades particulares, dos *croquis* e das falas sobre os percursos. Por um lado, manifestam o tempo próprio da vida na cidade, enquadrando-se, assim, na trama urbana; por outro, apresentam-se em redes de sociabilidade e fluxos específicos que indicam e apontam para a especificidade do território compartilhado pelos que elaboram a cartografia, a particularidade da “sua cidade”. Os temas e as legendas dos mapas permitem uma apropriação de seu entendimento nesta dupla abordagem: uma que ancora as reivindicações do coletivo,

<sup>10</sup> A despeito das escalas em que os mapas são representados nas publicações, a escala em que são confeccionados é sempre grande, permitindo representação detalhada.

dos direitos e das solicitações por políticas públicas e outra que permite “descobrir como tirar de dentro de nós o índio”, reafirmando identidades como expressam os citados *Satéré-Mawé* ( Fascículo 23, PNCSA 2008, p 4 )..

A elaboração dos desenhos — em escala de grande detalhe, com o uso de grandes folhas de papel e lápis de cor, dispostos na mesa, em volta da qual os participantes vão desenhando e inserindo as referências — também contribui para promover uma aproximação singular dos participantes, pois é adequada à expressão dos percursos e às experiências do lugar dos indivíduos e dos grupos envolvidos no processo de elaboração cartográfica..Os mapas produzidos nesses processos demonstram uma forma de uso do espaço urbano bastante particular, em que se opera um apagamento entre o rural e o urbano, ou a supressão de referenciais “oficiais”, como se observa nos desenhos em que estão indicadas as roças urbanas, em terrenos na periferia da cidade. Estes *croquis* e mapas mostram, igualmente, uma cidade pontuada por referenciais próprios dos indígenas. Sobre a carta de base se desenham os circuitos e as redes em que os indígenas se articulam, entre as três cidades, em tempos distintos. É o que indicam os anos em que ocorreram idas e vindas assinaladas nos traçados dos fluxos dos indígenas presentes nas cidades de Manaus, Manaquiri e Iranduba (PNCSA -Fascículo 23, 2008). Assim as territorialidades urbanas ampliam-se em redes de mobilidade que extrapolam o espaço da cidade, minimizando de certa maneira o peso das abordagens que privilegiam territórios circunscritos ao lugar. Por sua vez, ali, uma apreensão particular da paisagem urbana se delineia na descrição dos locais de coleta de frutos e sementes necessários à consecução de objetos produzidos artesanalmente, uma das atividades que complementam a renda de muitas das comunidades indígenas inseridas na cidade. Assim, as estratégias de reprodução social que os mobilizam são expressivas de usos e percepções particulares da cidade, seja na identificação e na classificação das árvores urbanas, seja na coleta de insetos — como as formigas tucandeira e saúva, valorizadas na dieta Sateré-Mawé — ou na criação de circuitos de venda dos objetos produzidos.

O objetivo principal da maioria das cartografias sociais urbanas em que indígenas estão envolvidos refere-se à sua luta por reconhecimento e visibilidade e igualmente pelo reconhecimento de direitos étnicos. Assim, índios que, em outros momentos, ao chegarem à cidade, eram forçosamente levados a negar sua origem,

passam não apenas a ser contabilizados nos censos<sup>11</sup> como indígenas na cidade, como se articulam para garantir direitos étnicos e o acesso a serviços públicos. “Aldeias”, “comunidades”<sup>12</sup> e associações indígenas na cidade são espaços privilegiados de reforço à identidade, à sociabilidade e ao reconhecimento mútuo.

Existentes hoje em grande número em Manaus, as associações indígenas<sup>13</sup> constituem-se em locais privilegiados para a interação desses grupos na cidade e são um “instrumento básico para que se categorizem a si mesmos, inclusive mediante o poder do Estado” (ALMEIDA, 2009, p.29), afirmando-se como sujeitos coletivos. Nas relações que estabelecem a partir das associações, tanto são significativas aquelas que enfatizam vínculos com as famílias de origem, com a “aldeia”-- como a conexão com as comunidades de sua região de origem, no Alto Rio Negro (SILVA, 2009, p.99) - - quanto aquelas cuja ênfase é dada aos laços de solidariedade, com agentes de outras etnias que com eles convivem efetivamente, partilhando o mesmo espaço físico e sendo designados indistintamente como “parentes”.

Como foi possível observar nas legendas das cartografias, a cidade que os desenhos apresentam há destaque para locais específicos de trabalho, coleta de sementes, comemorações e sociabilidades que se articulam em fluxos estendidos às aldeias e a outros locais de referência, situados à grande distância do centro urbano. As referências às instituições de interesse dos indígenas, à sede da FUNAI e aos postos de saúde, por exemplo, mesclam-se às suas referências particulares, como pontos de coleta, locais de venda de seus produtos ou reserva ambiental. PNCS Indicam aspectos específicos da percepção que indígenas têm da cidade e do modo como se inserem e apreendem a paisagem urbana, processos que já vêm ocorrendo há mais de quatro décadas — o que abrange, em alguns casos, três gerações em que a identidade dos indígenas se complexificou e se reforçou. É assim que além de contribuírem para dar visibilidade às diferentes etnias, os processos de produção das

---

<sup>11</sup> A partir de 1991, a inclusão da categoria indígena no censo resultou no elevado aumento percentual da população indígena comparativamente à União. A tendência se mantém nas últimas décadas e tem notável expressão em cidades como Manaus -AM conforme Almeida (2008, p. 31) e Ventura (2005).

<sup>12</sup> Lima e Chamo (2009), ao realizarem o mapeamento social de Indígenas na cidade de Manaus, se ancoraram nas noções práticas de “aldeia”, “comunidade” e “associação” adotadas pelos próprios indígenas e georreferenciadas nos trabalhos *Indígenas na cidade de Manaus: Os Sateré-mawé no Bairro Redenção e Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus* (PNCSA - , Fascículos 17 e 18, 2007).

<sup>13</sup> Conforme Josibel Silva (2008) há pelo menos 27 associações voluntárias que atuam com questões indígenas em Manaus.

cartografias, apresentam um rico material relativo à experiência indígena na e da cidade, em que se particularizam os modos de relacionamento com a natureza, caudatários de sua organização social e das atividades ali realizadas, as quais vêm garantindo o seu sustento. Nos mapeamentos são valorizadas as modalidades de sua presença nas cidades, a partir de critérios elaborados e referidos a eles mesmos ou de importância para sua reprodução entre não-índios, como apontam as legendas dos fascículos, os textos e seus depoimentos, disponibilizados pelos pesquisadores.

As práticas dos indígenas em cidades como Manaus, dispersas pela região metropolitana, são sugestivas do valor que tem o espaço da cidade como referência significativa de suas práticas sociais e da garantia dos direitos. Nas palavras de Dona Tereza, matriarca da comunidade Mawé: “eu sempre visei que eles deveriam se organizar na cidade, pois o grande fortalecimento vem daqui. [...] tem dificuldades, mas tem conquistas” (PNCSA – Fascículo 23 2008, p.2). Estar no mapa da cidade ou entre não-índios é uma questão de elevado significado, o que se reduplica de valor no contexto amazônico, no qual, historicamente, a cidade ganhou destaque como lugar de “civilização”, de controle e de incorporação dos indígenas, silenciados em suas especificidades socioculturais, como foi a situação hegemônica até o final dos anos 1980. Assiste-se a um processo de “reconfiguração étnica” nas cidades da Amazônia, onde “a etnicidade estaria se tornando dramaticamente evidente na vida cotidiana” (ALMEIDA, 2009b, p.47), em especial em Manaus. Inúmeras manifestações expressam a construção de uma existência coletiva, que tem apontado “mais e mais para identidades políticas objetivadas em movimento social” (ALMEIDA, 2009b, p.53).

### **Considerações finais**

As dinâmicas étnicas articuladas às práticas de cartografias sociais ou aos mapeamentos sociais suscitam inúmeras e continuadas questões. Relacionam-se às situações de “dinâmicas étnicas ativadas”, na expressão de Castillo, ao tratar da demarcação de territórios indígenas na Venezuela (CASTILLO, 2006, p.136). O dinamismo e o caráter recente desses processos apenas reforça a urgência de análises que propiciem seu entendimento aprofundado. Seja no caso dos planos diretores urbanos, seja ainda nos casos mais detidamente analisados aqui, as práticas de mapeamento participativo requerem investimentos de pesquisa quanto aos seus

desdobramentos, à continuidade dos processos e sua incorporação às políticas públicas.

Como sugerem os casos aqui discutidos, em sua dinâmica, concorrem estratégias particularistas e ajustes afinados com as demandas de processos mais gerais ou globalizados, na luta empreendida por indígenas e demais minorias pelo reconhecimento de seus direitos étnicos e sociais. Nas práticas e nas reivindicações o espaço aparece como uma referência significativa mas não pode ser entendido não como materialidade definidora de fronteiras rígidas relativas a identidades fixas.

Os processos de mapeamento social suscitam a elaboração de um “conhecimento espacial oral” (Vianna, 2009) que vem a constitui um notável estímulo para o acesso ao conhecimento espacial tradicional. Através de mapeamentos sociais foi possível o acesso a dimensões da memória urbana e da história da cidade tomadas a partir de perspectiva pouco valorizadas nas histórias contadas de um ponto e vista hegemônico ou pautadas nas atuações administrativas como expressam os fascículos relativos às minorias, como a comunidade negra de São Benedito da Praça 14 de Janeiro, em Manaus, ou aquele do mapeamento dos afrodescendentes de Belém, cuja reivindicação não é por “terra”, como no caso das reivindicações de quilombolas, mas por aceitação e visibilidade no espaço urbano, com o reconhecimento de sua presença histórica e de suas práticas consagradas: os terreiros, o batuque e as escolas de samba. As práticas de cartografias dão voz a segmentos sociais silenciados que, assim, preenchem os brancos dos mapas, aquelas áreas silenciadas tão frequentes nas bases cartográficas das cidades<sup>14</sup> —, cujas legendas são ancoradas em referenciais como propriedade da terra, imóveis urbanos ou sistema viário. Neste sentido, os símbolos manifestados nas cartografias sociais complexificam a história urbana para além dos “lugares de memória” comprometidos com a história das elites (DAOU, 2000).

A análise dos processos de mapeamento social são sugestivos para requalificar o notável processo de urbanização da Amazônia. As experiências discutidas suscitam questões de interesse para novas investigações quanto às

---

<sup>14</sup> Harley considera o conceito de “silêncio” nos mapas como um filtro universal que, em diferentes contextos históricos, omite informações que resultam nas áreas silenciadas dos mapas, especialmente aqueles comprometidos com os estereótipos culturais que promovem as geografias do poder (HARLEY, 1995 p. 96).

especificidades do fenômeno urbano e das novidades que particularizam a Amazônia como “uma floresta urbanizada” (BECKER, 2004). Elas apresentam aspectos inovadores e surpreendentes de afirmação de sujeitos coletivos. Revelam inéditas modalidades de mobilização, que devem ser entendidas em suas dinâmicas específicas entre os grupos dos quais emergem e na sua relação com o Estado Nacional e suas agências. São também expressivos as complexas trajetórias e os modos de inserção na vida da cidade, conjugados à identidade da comunidade de origem.

Da experiência de mapeamentos sociais na Amazônia urbana cabe ressaltar a importância do trabalho de campo aprofundado e do levantamento minuciosos, a partir dos próprios agentes de suas apreensões e vivências particulares do espaço vivido e do território. O caso dos indígenas no contexto urbano é paradigmático para pensarmos outras modalidades de inserção diferencial nas cidades que são por sua vez caudatárias de formas de apropriação e uso do espaço urbanos distintas e instáveis, de modo que as experiências aqui analisadas podem estimular outras abordagens de mapeamentos participativos que venham a revelar dimensões da cidade, do espaço urbano e das paisagens vernaculares em sua multiplicidade de arranjos e dinâmicas.

As cartografias sociais e a profusão de iniciativas relacionadas ao campo e em menor número à cidade, são sugestivas de que inscreve-se no território uma história dos sujeitos descrita em termos geográficos, como propõe Santos (1998) ao enfatizar a complexa articulação entre espaço-tempo e a proeminência, na contemporaneidade, do espaço como modo de pensar e agir. Para o autor, “as representações espaciais adquirem cada vez mais importância e centralidade analítica”, pois os “nossos próprios tempos e temporalidades” tem se tornado progressivamente mais espaciais (SANTOS, 1998, p. 140).

## **Referências Bibliográficas**

Fontes Primárias:

Levantamento - “*Experiências em Cartografia Social e Mapeamento Participativo – 2008/2009 (ETTERN/IPPUR/UFRJ)*”; (Integrante do projeto “Experiências em cartografia social e constituição de sujeitos em conflitos ambientais”, coord. Henri Acselrad). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, não publicado, 2009.

## Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia –PNCSA- Fascículos Citados

Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia

Fascículo 1 – Indígenas na Cidade de Belém , PNCSA. 2007

Fascículo 3 – Afro Religiosos na cidade de Belém, PNCSA. 2007

Fascículo 8 – Ribeirinhos das ilhas de Belém, PNCSA, 2008

Fascículo 16 3 – Comunidade de São Benedito da Praça 14 de Janeiro, PNCSA. 2007

Fascículo 18 – Mulheres indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus, - PNCSA, 2007

Fascículo 23- Indígenas nas cidades de Manaus, Manaquiri e Iranduba, Processo de Territorialização Sateré-Mawé, PNCSA, 2008

Fascículo 24 - Associações Indígenas na cidade de Manaus AMARN- Associação de Mulheres do Alto Rio Negro NUMIÁ KURA, PNCSA, 2008.

## Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Fascículo 5, Ribeirinhos e Quilombolas, Ex-Moradores do Parque Nacional do Jaú, Novo Airão, Amazonas, 2007

ACSELRAD, Henri e COLI, Luis Régis. 2008. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. pp. 13-44.,2008

ACSELRAD, Henri - Introdução In: ACSELRAD, Henri. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2008

----- - Mapeamentos, Identidades e territórios, In *Cartografia social e Dinâmicas territoriais:marcos para o debate*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2010,pp 9-46.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de - “Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais”. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 6, nº 1. ANPUR, maio de 2004. p. 9-32

ALMEIDA, Alfredo Wagner B., O mapeamento social, os conflitos e o censo –uma apresentação das primeiras dificuldades In *Estigmatização e território – mapeamento situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus*. Manaus, Casa 8/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008, p19-35.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de - Prefácio in FARIAS JÚNIOR Emmanuel de Almeida *Terras Indígenas nas cidades - -Lei Municipal de Desapropriação nº 302 –Aldeia Beija-Flor*, Rio Preto Da Eva , Manaus, UEA edições da Universidade Federal do Amazonas, 2009a pp.11-14.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de - A Nova Fisionomia Étnica das Cidades In ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. & ALMEIDA. Alfredo Wagner B. de, (orgs). *Terra urbana e Territórios na Pan-Amazônia*, Manaus, PNCSA-UFAN/Fundação Ford/NCSA-UEA, 2009b P 45-67

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de - Apresentação In *Terras de faxinais* ALMEIDA, AlfredoWagner B. de e SOUZA Roberto Martins de , Manaus, Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009c.

BECKER, Bertha, Amazônia, Geopolítica na Virada do III Milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

CABALLERO, Jesús. 2006. “Que la titulación de Amazonas sea colectiva”. *Antropológica*, 105-106:197-202.

- CÁCERES, Lus Stella Rodriguez, - Direitos territoriais e mapeamento participativo na América Latina In *Cartografia social e Dinâmicas territoriais:marcos para o debate*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2010,pp 123-165.
- CERTEAU, Michel de, 1994 *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CHAPIN, 2005. "Mapping indigenous lands". *Annual Review of Anthropology*, 34:619-638.
- COLI, Luis Régis - Reflexões sobre as experiências de mapeamento participativo e cartografia social em cidades brasileiras, não publicado 2009
- CORREIA, Cloude de Souza Etnozoneamento e Diagnóstico Etno ambiental : representações cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre. Tese doutorado -Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB) Brasília, 2007
- CRAMPTON, Jeremy e KRYGIER, John, 2008 –Uma introdução à cartografia Crítica In: ACSELRAD, Henri. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. pp.85-112
- DAOU, Ana Maria – *A belle époque Amazônica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2000
- FARIAS JÚNIOR Emmanuel de Almeida - *Terras Indígenas nas cidades - -Lei Municipal de Desapropriação nº 302 –Aldeia Beija-Flor, Rio Preto da Eva , Manaus, UEA edições, 2009*
- FOX, Jefferson SURINATA, Kriswati ET ALLI, 2008 O poder de mapear:efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial In ACSELRAD, H (org ) *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, p. 71 -84
- FRASER, Nancy Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, 70: 101-138, 2007 disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>, acessado em 2/12/2009
- HALE, Charles. "Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights and the politics of identity in Guatemala". *Journal of Latin American Studies*, 34:485-524
- HALE, Charles. "Rethinking indigenous politics in the era of the "Índio permitido". *NACLA Report on the Americas*, oct: 16-25, 2004.
- HARLEY, J.B.- ?Puede existir una ética cartográfica?In *La Nueva Naturaleza de los Mapas – Ensayos sobre la historia de la cartografía Mexico*, Fondo de Cultura Económica, pp.239-250, 2005
- HOFMANN, Maria Barroso – Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos, In *Cartografia social e Dinâmicas territoriais:marcos para o debate*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2010, pp 47- 80.
- INGOLD, Tim e KURTTILA, Terhi, 2000 Perceiving the environment in Finnish Lapland. *Body and Society*, Vol. 6, No. 3-4, 183-196, 2000. Sage Publications. Disponível em <http://bod.sagepub.com/cgi/content/abstract/6/3-4/183> Acessado em 03/08/2008
- JACKSON, John, B.- *A la découverte du paysage vernaculaire*, Arles, Actes Sud, 2003
- JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In ACSELRAD, H. (Org.) *Cartografias Sociais e Território*. IPPUR / UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.
- LIMA, Luis Augusto Pereira & CHAMO Laura Adriana, Indígenas na Cidade de Manaus: A construção do Mapa In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SANTOS Glademir Sales (orgs) – *Estigmatização e território – mapeamento*

- situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus.* Manaus, Casa 8/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008, p.37-62
- OFFEN, Karl – The Territorial Turn– Making Black Communities in Pacific Colombia. *Journal of Latin American Geography* 2. No. 1: 43-73, 2003
- “O mapeas o te mapean: Mapeo indígena y negro en América Latina”. 166. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.10: 163-189, enero-junio 2009 ...
- OLIVEIRA e IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. “As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas.” In: e LIMA, Antonio Carlos de Souza e BARROSO HOFFMANN, Maria (orgs.) *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. pp. 41-68. 2002
- PRADO, Rosane e CATÃO, Helena, *Fronteiras do Manejo: embates entre concepções num universo de Unidades de do Conservação* - Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, de 2006, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2006 –não publicado
- SACK, Robert David. *Human Territoriality: its theory and History*. Cambridge. Published by the Press Syndicate of the University of Cambridge, 1986
- SANTOS, Boaventura de Souza- Uma cartografia simbólica das representações sociais: Prolegômenos a uma concepção pós-moderna do Direito. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No.24 pp. 139-172, 1988
- SANTOS Glademir dos Sales, *Etnografia da inclusão: a resistência contra a indiferença* In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de SANTOS Glademir Sales (orgs) – *Estigmatização e território – mapeamento*